

## Rodrigo Pacheco diz que IA é 'preocupante'

Projeto que regulamenta inteligência artificial deve ser votado no Senado ainda neste semestre, afirma presidente da Casa. Ele reconhece, no entanto, que legislação pode não entrar em vigor antes das eleições

HYNDARA FREITAS  
Reportagem sobre inteligência artificial

O presidente do Senado Federal, Rodrigo Pacheco (PSD-MG), reforçou ontem a necessidade de uma regulamentação sobre inteligência artificial (IA), para que o tema não fique a cargo do Judiciário. O parlamentar disse considerar o tema "preocupante" e afirmou que o projeto sobre a IA deve ser votado no Senado ainda neste semestre. Mas ressaltou que o texto pode demorar a se tornar lei porque demorará mais tempo na Câmara dos Deputados.

— Precisamos de regras para disciplinar o instituto da inteligência artificial no Brasil, para que tenhamos conceitos de transparência, de responsabilidade, de ética, sem travar e avançar a evolução tecnológica, mas com limites para que não se substitua a inteligência humana — disse Pacheco, durante palestra do Instituto dos Advogados de São Paulo (IASP).

Ele explicou que o estabelecimento de limites legais evitaria sobrecarregar o Judiciário:

— (O Judiciário) acaba mais exposto se tiver que regular essas relações de inteligência artificial pela falta de uma legislação, como

acontece com as leis das fake news. Como não há leis, acaba que o Judiciário constrói as regras do país por causa dessa comissão.

Em fevereiro, o Tribunal Superior Eleitoral (TSE) aprovou uma regulamentação sobre propaganda eleitoral que disciplina o uso de tecnologias de IA nas campanhas das eleições municipais, em outubro. O texto proíbe o uso de deepfakes (vídeos realistas feitos com IA) e estabelece que a inteligência artificial só pode ser usada em campanhas com um aviso de que o conteúdo foi feito a partir de uma ferramenta do tipo. O TSE ainda prevê que a utilização de IA pode acarretar a cassação do registro e do mandato, além de responsabilização das empresas de tecnologia.

### ATÉ 18 DE JUNHO

No Senado, o projeto está sendo discutido. O relator Ednardo Gomes (PLTO) acredita que o texto deve ser votado até 18 de junho.

Pacheco também defendeu uma lei que discipline as fake news e o uso de redes sociais e novamente destacou que é o Judiciário que acaba regulando o tema, até mesmo pelo conteúdo do Marco Civil da Internet, que prevê que as plataformas só são obrigadas a ex-



Pacheco. "Defendo que tenhamos, no caso das redes sociais e da internet, uma disciplina que possa regular essas relações"

cluir os conteúdos mediante decisão judicial.

— Eu defendo e sempre defendi que tenhamos, no caso das redes sociais e da internet, uma disciplina que possa regular minimamente essas relações. É preciso ter uma regra mínima, ética, e por isso que eu tenho defendido essa lei do combate às fake news, impondo obrigações às plataformas digitais.

Porque de fato é muito cômodo, na linha do artigo 19 do Marco Civil da Internet, impor ao Judiciário que decida sobre a retirada de determi-

nados conteúdos. E com essa morosidade e esse descompromisso do privado com o combate à desinformação, nós vamos nos encaminhando para uma polarização muito severa no Brasil — acrescentou.

O presidente do Senado disse que seria "muito bom" se a regulamentação da IA fosse aprovada antes das eleições deste ano, mas admitiu que o projeto deve demorar mais do que isso.

— Seria bom se tivéssemos uma lei de IA já tempo das eleições. Só que ela é

muito mais ampla do que para a eleição, ela toca a vida em sociedade, a importância e relevância disso na nossa vida. Então, se for para fazer às pressas e fazer malfeito para atender a eleição, é melhor cadenciar, ouvir mais e ter mais certeza do que se está fazendo neste projeto. Aprovada no Senado, tem que ir para a Câmara — afirmou Pacheco. — Eu espero muito que a gente possa, este ano, entregar. Se vai dar tempo para as eleições, tanto melhor se desse, mas não é indispensável.

Pacheco é o autor de um projeto que tramita no Senado que regulamenta o uso da IA no país. O texto prevê a criação de um Sistema Nacional de Regulação e Governança de Inteligência Artificial, que seria uma espécie de comitê com representantes das agências reguladoras, órgãos estatais de regulação setorial, órgãos e entidades de regulação de IA e do Conselho Administrativo de Defesa Econômica (Cade).

### REMUNERAÇÃO DE CONTEÚDO

O projeto também fixa que "todo sistema de inteligência artificial passará por avaliação preliminar realizada pelo fornecedor para classificação de seu grau de risco." Outro ponto importante é a previsão de remuneração pelo uso de obras protegidas por direitos autorais na construção de ferramentas de IA.

— Eu considero esse um dos principais pontos do projeto porque tem que defender propriedade intelectual, o direito autoral. Por mais tecnologia que exista, o conteúdo é produzido a partir da capacidade de criação humana. Não faz o menor sentido que não tenha isso. Essa é uma discussão mundial — disse o senador Gomes, que é o relator do texto, na semana passada.

### EDIÇÕES DE MAIO

DESCUBRA A BELEZA QUE TE RODEIA!



Acompanhe as principais tendências da moda, entenda o mundo da decoração como a chave para criar um lar que reflete sua personalidade e identifique o estilo que você mais se encaixa.

NAS BANCAS

NO SITE

NO APP **globo+**